



Estado de Alagoas
Assembleia Legislativa Estadual
Gabinete da Deputada Cibeles Moura

Assembleia Legislativa de Alagoas



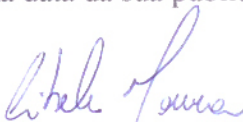
PROTOCOLO GERAL 1910/2022
Data: 26/10/2022 - Horário: 09:53
Legislativo

PROJETO DE LEI Nº _____, DE 2022

*Considera de utilidade pública a
Federação Alagoana de Handebol,
localizada no Município de Maceió.*

Artigo 1º - Fica considerado de Utilidade Pública Estadual a Federação Alagoana de Handebol, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ nº 09.315.581/0001-25, com sede e foro na Avenida Siqueira Campos, S/N, Estádio Rei Pelé, Sala 48, CEP. 57.010-645.

Artigo 2º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação


Cibeles Moura
Deputada Estadual



Estado de Alagoas
Assembleia Legislativa Estadual
Gabinete da Deputada Cibeles Moura

JUSTIFICATIVA

A Federação Alagoana de Handebol fundada em 25 de março de 1980 desenvolve com sua equipe um conjunto com parcerias públicas e privadas. Ao longo de sua trajetória, a Federação participou do projeto na base do esporte, em seu segundo edital seguido, do termo de fomento do Yohansson Nascimento de 2021, com esporte adaptado, abrangendo todos os públicos, além da emenda da deputada Cibeles Moura no ano de 2021, para desenvolver o esporte e conseguir abarcar os custos da modalidade em período pós pandemia.

Em decorrência aos projetos que realizados em todo o estado, handebol alagoano também vem se destacando nas competições regionais e nacionais, como as Copas Nordeste, os JEJs e os JUBs, tendo atletas representando o país em campeonatos mundiais universitários e de seleções, em 2012, 2013, 2014 e 2015. Acrescenta-se, a este desempenho, a manutenção de seleções permanentes, do seminário handebol do futuro, onde buscamos promover a capacitação de acadêmicos e profissionais para o trabalho com crianças e adolescentes, além de cursos com técnicos das seleções nacionais.

Na esfera de competições, foram realizadas as mais diversas categorias dos campeonatos alagoanos, inclusive com o envio das seleções masculina e feminina para a Copa Nordeste de Seleções Cadete. Também trazem para Maceió, anualmente, competições promovidas pela Confederação Brasileira de Handebol (CBHb).

Além disso, recentemente também realizaram campeonatos internacionais, como o Campeonato de Seleções Sul e Centro Americano de Handebol Feminino, sediados em Maceió - AL, no ano de 2018, como também o Sul e Centro Americano de Beach Handebol – Masculino e Feminino, que foi classificatório para o mundial da Grécia, realizado nas areias de Pajuçara, em Maceió – AL, no início do ano de 2022.

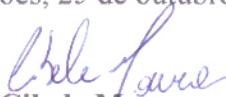
Por fim, considerando o exposto, bem como toda a documentação que segue em anexo, é justa a outorga da qualidade de Entidade de Utilidade Pública para a referida federação, uma vez que atesta a seriedade e possibilita que sejam angariados recursos



Estado de Alagoas
Assembleia Legislativa Estadual
Gabinete da Deputada Cibeles Moura

junto às empresas privadas e entidades governamentais, a fim de ampliar suas atividades e atender o maior número possível de pessoas.

Sala das sessões, 25 de outubro de 2022.


Cibeles Moura
Deputada Estadual



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 09.315.581/0001-25 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 09/01/1985
--	---	---------------------------------------

NOME EMPRESARIAL FEDERACAO ALAGOANA DE HANDEBOL

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****	PORTE DEMAIS
---	-----------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 93.12-3-00 - Clubes sociais, esportivos e similares

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada
--

LOGRADOURO AV SIQUEIRA CAMPOS	NÚMERO S/N	COMPLEMENTO ESTADIO REI PELE - TRAPICHAO, SL 48, TERREO
---	---------------	---

CEP 57.010-645	BAIRRO/DISTRITO TRAPICHE DA BARRA	MUNICÍPIO MACEIO	UF AL
--------------------------	---	----------------------------	-----------------

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE (82) 8845-5164
---------------------	-----------------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005
------------------------------------	---

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **28/08/2022** às **22:05:02** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



FEDERAÇÃO ALAGOANA DE HANDEBOL

Av. Siqueira Campos, s/nº - Estádio Rei Pelé, sala 31, Trapiche da Barra
Maceió - AL

Fundada em 25 de Março de 1980
CGC 09.315.581/0001-25 / Tel. (82) 99630-1000

Assembleia Geral Ordinária 2021

Adendo à Ata da Assembleia Geral Ordinária Para Eleição da Diretoria e
Conselho Fiscal Para o Quadriênio 2021/2025.

O Secretário Charles Hebert C. Ferreira, e o Presidente Ricardo Luiz de Souza, da Assembleia Geral Ordinária da Federação Alagoana de Handebol - FAHD, realizada no dia 01 de março de dois mil e vinte e um, às 10:00 horas, em primeira convocação, e às 10:30 em segunda convocação conforme assinaturas dos presentes, na sede da Federação Alagoana de Handebol, situada na Avenida Siqueira Campos, s/nº, sala 31, Trapiche da Barra, Maceió - AL, conforme Edital de Convocação publicado no Diário Oficial do Município de Maceió (DOM) e encaminhados às filiadas, tendo em vista a eleição por aclamação da chapa APRIMORAR E AVANÇAR, composta da forma que segue: André Figueredo Vicente para o cargo de Presidente, Manoel Aniel dos Santos Neto (Vice Presidente Administrativo), Ednei Viane Soares Cavalcante (Vice Presidente Financeiro), tendo em vista a falta da qualificação dos citados membros eleitos, na referida ata eletiva, vem através deste adendo fazer constar as devidas qualificações.

André Figueredo Vicente, brasileiro, casado, empresário, CPF 988.373.044-00, RG nº 1204992/AL, residente e domiciliado na Rua Doutor Alfredo Otílica, 302, bairro da Pitanguiha, Maceió/AL.

Manoel Aniel dos Santos Neto, brasileiro, casado, professor de Educação Física, CPF 066.528.564-76, RG nº 31597190/AL, residente e domiciliado na Rua Lourival Vieira Costa, 51, bairro do Prado, Maceió/AL.

Ednei Viane Soares Cavalcante, brasileiro, casado, fisioterapeuta, CPF 059.323.804-45, RG nº 2000002092535/AL, residente e domiciliado na rua São Pedro, 43, bairro do Barro Duro, Maceió/AL.

Nada mais tendo para figurar como adendo a ata da que ora redijo, eu, Charles Hebert Ferreira, encerro o presente adendo a ata da Assembleia Geral Eletiva da Federação Alagoana de Handebol. O mesmo vai assinado por mim e pelo Senhor Presidente da AGE, Ricardo Souza, devendo ser devidamente registrado para produzir seus efeitos legais.

Charles Hebert C. Ferreira
Secretário Ad hoc

Ricardo Luiz de Souza
Presidente da AGE e Eletiva 2021



Telefone da Federação Alagoana de Handebol: (82) 99630-1000

Endereço: Avenida Siqueira Campos, s/nº, Trapiche da Barra, Maceió - AL

Site: www.fahd.org.br

CPF 09.315.581/0001-25
CNPJ 09.315.581/0001-25
CNPJ 09.315.581/0001-25
CNPJ 09.315.581/0001-25
CNPJ 09.315.581/0001-25
CNPJ 09.315.581/0001-25
CNPJ 09.315.581/0001-25
CNPJ 09.315.581/0001-25
CNPJ 09.315.581/0001-25
CNPJ 09.315.581/0001-25

por Titulares Paulo Henrique Oliveira de Lima, Wagner Mendes Gama e José Maria de Carvalho Júnior. Suplentes: Márcio de Almeida Nascimento, Halysson Mendes Gama e Carlos César Alves de Souza. Também constatou não haver inscrições para o Conselho de Administração, assim informando que a FAHd deverá publicar um novo edital para a eleição referente ao referido conselho. Após a leitura da composição da chapa e tendo observado a existência de apenas uma chapa, o professor Ricardo Souza, solicitou dos presentes a aclamação da chapa única APRIMORAR E AVANÇAR, para o quadriênio 2021 a 2025, onde todos os representantes das filiadas presentes concordaram. Realizada a aclamação, fica assim a diretoria constituída.

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente
Vice Presidente Administrativo
Vice Presidente Financeiro

André Figueredo Vicente
Manoel Aniel dos Santos Neto
Ednei Vianeí Soares Cavalcante

CONSELHO FISCAL

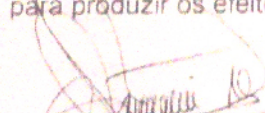
Membros Efetivos

Paulo Henrique Oliveira de Lima
Wagner Mendes Gama

Membros Suplentes

José Maria de Carvalho Júnior
Márcio de Almeida Nascimento
Halysson Mendes Gama
Carlos César Alves de Souza

Em seguida o professor Ricardo Souza convidou os eleitos para assinar o termo de posse, lendo o mesmo e informando que os eleitos assinariam juntamente com ele os termos. Após as assinaturas dos termos, o professor Ricardo Souza declarou empossada a nova diretoria executiva, que foi seguida com uma salva de palmas dos presentes. O professor Ricardo Souza parabenizou os eleitos desejando boa sorte e sucesso nesta nova gestão. O ex-presidente Djalma Júnior parabenizou o Presidente eleito e colocou-se a disposição da FAHd. O professor Ricardo Souza passou a palavra para o Presidente eleito, André Vicente, que agradeceu a todos pela confiança e afirmou que sua gestão será baseada na continuidade do processo de desenvolvimento e massificação do handebol iniciado pelo professor Ricardo Souza, continuado pelo Sr. Djalma Júnior, que deseja a colaboração de toda a diretoria e apoio da CBHb na pessoa do presidente Felipe Barros, falou também de novas metas da FAHd para o quadriênio 2021/2025. Logo em seguida foi dada posse ao Conselho Fiscal. O professor Ricardo Souza, pediu a palavra agradeceu mais uma vez e se colocou a disposição da FAHd, enquanto alagoano e vice-presidente da COSCABAL. Não havendo mais quem fizesse uso da palavra disse que a assembleia foi encerrada às 11:30, tendo eu Charles Hebert, lavrado a presente ata que vai devidamente assinada pelos presentes que assim desejarem, devendo ser devidamente registrada para produzir os efeitos legais pertinentes.


Charles Hebert C. Ferreira
Secretário Ad hoc


Ricardo Luiz de Souza
Presidente da AGO e Eletiva 2021

Tabionato de Notas do 6º Ofício - R. Pedro Monteiro 265 - Centro - Fone: 82 3221-0061
Poder Judiciário - Estado de Alagoas



Selo Digital de Autenticação: reconhecimento de firma e distribuição/afidi

CERTIFICO haver conferido autenticado a presente fotocópia em o original que me foi apresentado. Ocu fe Macaio 10 de ago 2021 em testemunho da verdade Tabelião José Roberto Martins Barbosa, Escrevente Autorizada Menor: Carlos do Nascimento ABY40643-HBBE Confira em: <https://sio.tjal.jus.br>





FEDERAÇÃO ALAGOANA DE HANDEBOL

Av. Siqueira Campos, s/nº - Estádio Rei Pelé, sala 31, Trapiche da Barra
Maceió - AL

Fundada em 25 de Março de 1980

CGC 09.315.581/0001-25 / Tel. (02) 99630-1000

Assembleia Geral Ordinária 2021

Ata da Assembleia Geral Ordinária Para Eleição da Diretoria e Conselho Fiscal Para o Quadriênio 2021/2025

Ata da Assembleia Geral Ordinária da Federação Alagoana de Handebol - FAHd, realizada no dia 01 de março de dois mil e vinte e um, às 10:00 horas, em primeira convocação, e às 10:30 em segunda convocação conforme assinaturas dos presentes, na sede da Federação Alagoana de Handebol, situada na Avenida Siqueira Campos, sn, sala 31, Trapiche da Barra, Maceió - AL, conforme Edital de Convocação publicado no Diário Oficial do Município de Maceió (DOM) e encaminhados às filiadas para tratar dos seguintes assuntos: apreciação e aprovação das contas da entidade do exercício financeiro 2020, com base em relatório de atividades da Diretoria e parecer prévio do Conselho Fiscal, eleição e posse da Diretoria e Conselho Fiscal para o mandato 2021 - 2025 e assuntos gerais. O Presidente, Djalma Miquelino Pinho Júnior, iniciou os trabalhos dando boas vindas a todos e logo fez a leitura do edital de convocação da referida assembleia, após isso foi feita a chamada para assinatura da lista de presença, estando presentes os representantes das filiadas: Clube de Regatas Brasil Prof. Tiago Caldas, Centro Sportivo Alagoano Andrea Bomfim, América Futebol Clube Prof. Isaac Coêlho; Danilo Chagas representante da Comissão de Atletas da CBHb, o senhor Charles Hebert Cavalcante Ferreira (Secretário Estadual de Esportes), Profa. Maria Cícera Oliveira (Colégio Madalena Sofia), André Figueredo Vicente (FAHd), Djalma Miquelino Pinho Júnior (FAHd), Ricardo Souza (COSCABAL), Edmilson Rodrigues (América), Ednei Viane Soares Cavalcante (FAHd), Manoel Aniel dos Santos Neto (FAHd) e Tarsis Kelson (FAHd). O presidente Djalma Júnior convidou o professor Ricardo Souza, ex-presidente da FAHd e da CBHb, e atualmente vice-presidente da Confederação Sul Centro Americana de Balomano - COSCABAL, para presidir a assembleia e apresentar a prestação de contas e o relatório das atividades de 2020, e para secretariar convidou o Prof. Charles Hebert. O professor Ricardo Souza e o professor Charles Hebert aceitaram o convite para presidir e secretariar a mesa de trabalhos da assembleia. O professor Ricardo Souza fez uma explanação sobre a gestão na diretoria do período 2017/2021, destacando os resultados e avanços da mesma, e as conquistas nas últimas competições de âmbito regional e nacional, tanto enquanto participante, quanto organizadora, parabenizando o ex-presidente Djalma Júnior. Após este momento foi distribuído entre os presentes cópia do parecer do Conselho Fiscal e da Diretoria com relação ao exercício financeiro de 2020, logo após o mesmo foi colocado em votação sendo aprovado por unanimidade. O professor Ricardo Souza, em seguida, apresentou o relatório das ações realizadas no ano de 2020 e ponderou que foi um ano difícil para o handebol alagoano e brasileiro devido a pandemia mundial do Coronavírus. Finalizada a apresentação o professor Ricardo Souza fez a abertura do processo eleitoral, e iniciou os trabalhos informando que existia apenas uma chapa inscrita denominada de APRIMORAR E AVANÇAR, composta da forma que segue: André Figueredo Vicente para o cargo de Presidente, Manoel Aniel dos Santos Neto (Vice Presidente Administrativo), Ednei Viane Soares Cavalcante (Vice Presidente Financeiro), e o Conselho Fiscal composto



Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas - R. Pedro Monteiro 255 - Centro - Fone 32.3221-9061

Poder Judiciário - Estado de Alagoas

Selo Digital de Autenticação, reconhecimento de firma e distribuição

CERTIFICADO conferido autenticado a presente fotocópia com o original que me foi apresentado. Dado em Maceió, 10 de maio de 2021 em testemunho da verdade. Assinado José Roberto Martins Barbosa. Escrevente Autorizada Manoel Carlos do Nascimento ABV40642-QAND Confirma em: <https://seio.tjajus.br>





FEDERAÇÃO ALAGOANA DE HANDEBOL
Av. Siqueira Campos, s/nº - Estádio Rei Pelé, sala 31, Trapiche da Barra
Maceió - AL
Fundada em 25 de Março de 1980
CGC 09.315.581/0001-25 / Tel.: (82) 99630-1000

TERMO DE POSSE

Ao primeiro dia do mês de março do ano de dois mil e vinte e um, perante o Presidente da Assembleia Geral Ordinária e Eletiva da Federação Alagoana de Handebol - FAHd 2021, tomaram posse os membros da Presidência da Federação Alagoana de Handebol - FAHd para o período de mandato 01/03/2021 a 01/03/2025 eleitos em Assembleia Geral Ordinária e Eletiva da Federação Alagoana de Handebol realizada no dia 01/03/2021 na sede da Federação Alagoana de Handebol, situado na Avenida Siqueira Campos, s/n, sala 31, Estádio Rei Pelé, Trapiche da Barra, Maceió - AL.

Maceió, 01 de março de 2021.

Ricardo Luiz de Souza

1º OFÍCIO

Ricardo Luiz de Souza

Presidente da AGO e Eletiva 2021

Empressados

André Figueiredo Vicente

CPF: 986.373.044-00

Presidente

Manoel Aniel dos Santos Neto
Manoel Aniel dos Santos Neto

CPF: 066.528.564-76

Vice Presidente Administrativo

Ednei Viane Soares Cavalcante
Ednei Viane Soares Cavalcante

CPF: 059.323.804-46

Vice Presidente Financeiro



Tabulação de Notas de 6 Ofício - R. Pedro Monteiro 266-Centro - Fone 82 3221-9061
Poder Judiciário - Estado de Alagoas
Selo Digital de Autenticação, reconhecimento de firma e distribuição de atos



ESTATUTO

FEDERAÇÃO ALAGOANA DE HANDEBOL - FAHd

CAPÍTULO I

DENOMINAÇÃO, FINS, REPRESENTAÇÃO, DURAÇÃO, REGIME JURÍDICO, SEDE, BASE TERRITORIAL, OBJETOS, FINALIDADES E DEVERES.

Art.1º - FEDERAÇÃO ALAGOANA DE HANDEBOL, também designada pela sigla FAHd, fundado em 25 de março de 1980, e registrada no Cartório do 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Pessoa Jurídica de Maceió – Alagoas, registrada no CNPJ sob o nº 09.315.581/0001-25, Reforma o seu Estatuto, adequando ao Novo Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406, em vigor a partir de 11 de janeiro de 2003), prazo de duração por tempo indeterminado, para fins de prestar assistência, benefício, defesa dos direitos, interesse e representar legalmente as Ligas, Clubes, Associações filiados do Estado de Alagoas. Por tempo indeterminado, é, Pessoa Jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com personalidade distintas de seus associados, com sede social e administrativa provisória na Av. Siqueira Campos, S/N, Estádio Rei Pelé, Trapichão, Sala 48(Térreo) Cep 57.010-645, Maceió – Alagoas.

Parágrafo 1º – O Handebol brasileiro é regulado por normas nacionais e internacionais, que deverão ser aplicadas pela Federação Alagoana e suas filiadas, conforme estabelecido no parágrafo 1º do artigo 1º da Lei nº 9,615, de 24 de março de 1998, que instituiu normas gerais sobre os desportos.

Parágrafo 2º - A Federação alagoana de Handebol não intervirá na vida internas de suas filiadas, salvo por determinação da CBHd, para: manter a ordem desportiva e o respeito devido aos poderes internos da FAHd; fazer cumprir os atos legalmente expedidos por órgãos ou representantes do poder público.

Art.2º- A representação da Federação Alagoana de Handebol, abrange toda base territorial do Estados de Alagoas.

Art.3º - A Federação como pessoa jurídica de direito privado, terá um Regimento Interno que, aprovado pela Assembleia Geral, disciplinará o seu funcionamento regulamentar-se-á pelo presente Estatuto, e pelas as Leis e Normas de direitos em vigor, tem prazo de duração indeterminado e exercício social de 12(doze)meses, com termino em 31(trinta e um) de dezembro de cada ano.

Parágrafo Primeiro – A Federação é politicamente neutra e não faz discriminações raciais, sociais, econômicas, nem preconceito de origem, sexo, idade, raça, cor, credo religioso, políticos, filosófico e ideológico

Parágrafo Segundo – Nenhuma liga ou associações desportivas filiada responde solidária ou subsidiariamente pelas obrigações financeiras da FAHd, nem esta por nenhum

ato de qualquer de sua filiadas .

Parágrafo Terceiro – Das insígnias da Federação Alagoana de Handebol, Bandeira, os Emblemas e os Uniformes.

Parágrafo Quarto –A bandeira caracteriza-se por um campo retangular, representando as cores do Estado, com faixas verticais em vermelho, branco e azul, no centro sobre o branco localiza-se o escudo da FAHd, na extremidade junto ao mastro, localiza-se o vermelho e na outra extremidade, o azul. As faixas apresentam – se igualmente largas.

Parágrafo Quinto – Os emblemas consagrados pelo uso, obedecem aos modelos já aprovados.

Parágrafo Sexto – O uso das insígnias da Federação Alagoana de Handebol, que não podem ser imitadas, é de caráter exclusivo.

CAPÍTULO II DAS FINALIDADES E ATIVIDADES

Art.4º - A Federação Alagoana de Handebol tem por finalidade:

- a) Exercer as suas atividades segundo o disposto neste estatuto e leis emanadas dos órgãos hierarquicamente superiores, defender os direitos e interesses coletivos, das Ligas Clubes e Associações que estejam direcionadas as atividades esportivas de Handebol no nosso Estado, ou em qualquer parte do País;
- b) Dirigir o Handebol Beach Handebol no Estado de alagoas, na forma da lei, promovendo a sua difusão e o seu aperfeiçoamento, por todos os meios ao seu alcance, sempre em caráter amadorista. ;
- c) zelar e promover a realização de campeonatos, torneios e competições de Handebol. Unificar a regulamentação e os códigos técnicos – desportivos de acordo com os regulamentos internacionais, do COB e da Confederação, fazendo que seja cumpridas.
- d) Pugnar pelo progresso e desenvolvimento de todas as filiadas, promovendo intercâmbio desportivo entre elas, adotando medidas que por objetivo assegurar esse fim, considerando serem elas bases de organização nacional dos desportos.
- e) Levantar estatísticas sobre as atividades do Handebol no Estado.
- f) Promover o registro obrigatório na FAHd], dos participantes de Handebol no Estado.
- g) Expedir às filiadas, com força de mandamentos a serem observados, os códigos, regulamentos, avisos, circulares, comunicados oficiais, instruções ou outros quaisquer atos necessários à organização funcionalmente e a disciplina do Handebol.
- h) Conceder filiação a ligas, associações e entidades classistas no território do Estado sob jurisdição, na forma da lei, observadas as disposições que a compõem .

DEL LUCYMARA ALVES LIMA
4º Ofício de Registro e 1º Registro de
Títulos e Documentos e Outros Papéis
Av. da Paz nº 464 - Sala 10 - Centro - Maceió - AL
Fone: (31) 3244-1111 - Fax: (31) 3244-1111

Daniel Pinho Gerquias
TABELAÇÃO E REGISTRO DE TÍTULOS
E DOCUMENTOS
FONE: (31) 3244-1111 - FAX: (31) 3244-1111

02

- i) promover a mais ampla integração entre todos esportes amadores, visando incentivar a participação de todos na luta por direitos políticos sociais, econômicos e judiciais;
- j) divulgar informações, promover seminários, simpósios, debates, excursões e outros visando o esclarecimento do Handebol dentro das questões políticas, econômicas sociais;
- m) prestar apoio a todas as Federações Municipais, Associados no desenvolvimento do esporte amador de Handebol no Estado de Alagoas.
- n) propor atividades sociais, culturais, educativas, de lazer que se mostrem social, física e manter intercâmbio com outras Entidades Congêneres, Municipais, Estaduais, Nacionais, e Internacionais para troca de informações e outros de interesses esportivo do Handebol;

DAS ATIVIDADES

Art.5º - A Federação tem por atividade:

- a) Celebrar Convênio, Contratos, Acordos, Termos de Parcerias, de Cooperação Mútua e
- b) outros Instrumentos Jurídicos com Pessoas Físicas ou Jurídicas de Direito Público ou Privada, Nacionais e Internacionais;
- a) Representar os interesses gerais da Federação perante as autoridades administrativas e judiciárias;
- b) estimular a organização da Federação e promover palestras, seminários e constantemente reuniões com os associados em sua sede;
- c) promover a unidade, solidariedade, autonomia, democracia e fortalecimento das Federações Municipais, Associadas;
- d) estimular a integração das associadas com os demais setores sociais na luta pela emancipação política econômica e social;
- e) defender a afirmação de legitimidade da organização e da luta das associadas perante o conjunto da sociedade;
- f) defender de forma participativa a solidariedade entre as federações para a conquista da cidadania e da paz em todo o mundo;
- g) lutar pela defesa das liberdades individuais e coletivas pela justiça social e pelo direitos fundamentais do homem, bem como manter relações com os demais Institutos e Entidades Associadas para concretização da solidariedade social e defesas dos interesses da mesma;
- h) construir serviços e meios de comunicação para a promoção de atividades culturais e de comunicação;
- i) manter o livro caixa e o livro de assinaturas de presença e de Atas do Instituto em dias, com as notações obrigatórias e a disposição dos órgãos competente para qualquer averiguação da veracidade do mesmo, assinados e rubricados de acordo com a Lei em vigor;

CAPÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO E DOS PODERES DA ORGANIZAÇÃO

DEL LUCIVARA ALVES ALBUQUERQUE
4º Ofício de Notas e Oportunidade
Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas
Av. da Paz nº 100 - Sala 15 - Fone: 3101-1111
13.12.2019

RECEBUEMOS
OBRIGADO
13/12/2019

03

Art. 6º - A Federação Alagoana de Handebol reúne as ligas e associações desportivas incumbidas das atividades de Handebol sujeitas a sua direção no Estado.

Parágrafo Único. As disposições que regulam a organização e o funcionamento das filiadas, se incompatíveis com quaisquer outras que integram as disposições da Lei Pública do Estatuto, Regimento e demais atos normativos Expedidos pela Federação Alagoana de Handebol, não serão reconhecidas pela Federação.

Art. 7º - Nenhuma liga ou associação desportivas poderá ser filiada sem a prova de Preenchimento dos seguintes requisitos ,

- a) apresentar cópia da Ata de Fundação e Estatuto registrada em cartório ;
- b) apresentar cópia da Ata registrada em cartório, da eleição dos seus poderes,
- c) ter condições para disputar os campeonatos anuais de Handebol da FAHd,
- d) ser pessoa jurídica,

Parágrafo 1º - A perda de qualquer dos requisitos mencionados neste artigo poderá dar causa a des-filiação da liga ou associação desportivas responsável .

Parágrafo 2º - Cada filiada manterá um representante junto a FAHd, com poderes de mandatário, sendo responsável por todos os seus atos.

Parágrafo 3º - Os direitos e deveres das filiadas são os constantes da legislação pública deste Estatuto. Além dos que vierem prescritos no Regimento Interno da Federação

CAPÍTULO IV DOS PODERES - SEÇÃO I DA DISCRIMINAÇÃO

Art. 7º São poderes da FAHd.

- a) a Assembléia Geral
- b) o Tribunal de Justiça Desportiva;
- c) o Conselho Fiscal;
- d) a Presidência ;
- e) a Diretoria.

Parágrafo Único: A Federação Alagoana de Handebol, integrar-se-ão como órgãos de cooperação dos poderes indicados neste artigo, os Departamentos instituídos na forma deste Estatuto.

SEÇÃO II DA ASSEMBLÉIA GERAL.

Art. 8º - A Assembléia Geral, poder básico e jurisdição da Federação Alagoana de Handebol, é constituída pelos presidentes em exercício das Associações e Ligas filiadas participantes de campeonatos oficiais, ou seus representantes devidamente credenciados por meio oficial assinados pelos presidentes, com poderes expressos,

salvo as incompatibilidades legais.

Parágrafo Único: É vedado o acúmulo de representações e em conseqüências quando houver acúmulo destes.

Art. 9º - Cada membro da Assembléia Geral terá direito a um voto por campeonato disputado no ano anterior ao da Assembléia, promovidas pela FAHd, até o limite de cinco campeonatos, mesmo disputando mais competições, só terá direito ao limite estabelecido de cinco votos. A associação que não participar de nenhum evento competitivo perderá o direito a voto na Assembléia Geral, e só readquirirá no momento em que voltar a participar de um campeonato.

Art. 10º - Estão impedidos de representar as filiadas nas Assembléias Gerais os que:

- a) aqueles que estejam cumprindo pena imposta pela Liga, Federação, Confederação, COB. Ou qualquer associação ou entidade filiada;
- b) os menores de 18 anos de idade e os maiores que estiverem cumprindo pena irrecorrível na justiça comum.

Art. 11º - A Assembléia Geral reunir-se-á ordinariamente, para:

1 - ANUALMENTE - dentro da segunda quinzena de fevereiro de cada ano, para:

- a) discutir e votar o balancete e o relatório geral das atividades administrativas e financeiras do exercício anterior, apresentados pela Diretoria, juntamente com o parecer do Conselho Fiscal;
- b) conhecer o relatório do Tribunal de Justiça Desportiva;

2 - QUADRIENALMENTE - na segunda quinzena de janeiro para:

- a) eleger o Presidente, Vice-Presidente Administrativo e Vice-Presidente Financeiro da FAHd;
- b) eleger os membros efetivos e suplentes do Tribunal de Justiça Desportiva, em conformidade com a legislação superior e o disposto neste Estatuto
- c) eleger três membros efetivos e três suplentes para o Conselho Fiscal.

Parágrafo único: A posse dos poderes constantes das alíneas "a", "b", "c", do item "2" deste artigo, será de 30 (trinta) dias após sua eleição.

Art. 12º - A Assembléia Geral poderá ser convocada extraordinariamente pelo Presidente da Federação, ou ainda por intermédio deste, quando requerida pela maioria das Associações e Ligas que a compõem ou por qualquer dos poderes referidos no artigo 7, exceto o T.J.D; mediante solicitação fundamentada, efetivando-se a reunião pelo menos 8(oito) dias depois de publicado o edital de convocação.

SEL. LUCYMARA ALVES CORTES
4º Ofício de Notas e Tabelião de
Notas e Documentos e Ofício de
Atas e Processos da 1ª. Câmara de
Atas e Processos da 1ª. Câmara de
Atas e Processos da 1ª. Câmara de

SECRETARIA DE JUSTIÇA
SECRETARIA DE JUSTIÇA
SECRETARIA DE JUSTIÇA
SECRETARIA DE JUSTIÇA
SECRETARIA DE JUSTIÇA
SECRETARIA DE JUSTIÇA
SECRETARIA DE JUSTIÇA
SECRETARIA DE JUSTIÇA
SECRETARIA DE JUSTIÇA
SECRETARIA DE JUSTIÇA

05

Art. 13º - Ainda é competência da Assembléia:

- Art.14º - A Assembleia Geral será presidida pelo Presidente da FAHd ou seu substituto legal, o qual poderá intervir nos debates, sem direito a voto.**

Parágrafo 2º - As reuniões das Assembléias serão públicas, porém, poderão transformar-se em secretas, desde que tal solicitação seja aprovada por unanimidade pelo plenário.

DEL LUPINARA ALVAREZ, L. M. R. 1974
4º Oficio de Hombres y Mujeres de
Fiducia y Excomulgados de la Iglesia Católica
Ay. de Paz de la Municipalidad de la Ciudad de
Bogotá, Colombia.

1. The first step is to identify the problem or question that needs to be answered. This involves understanding the context and the specific requirements of the task.

broso presentes, cabendo ao plenário deliberar sobre o sistema de apuração dos resultados.

Parágrafo 1º - Em se tratando de dissolução da Federação a decisão só produzirá efeitos, se aprovada por dois terços dos membros da Assembleia.

Parágrafo 2º - Quando se tratar de Assembleia Geral prevista no item 2 do artigo 11º, a votação será sempre pelo escrutínio secreto.

SEÇÃO III DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA

Art. 16º - O Tribunal de Justiça Desportiva será composto de 07(sete) membros, eleitos pela Assembleia Geral, sendo:

- a) um indicado pela entidade de administrativas do desportivas (FAHD);
- b) um indicado pelas entidades de práticas desportivas que participem de competições oficiais(clubes);
- c) três Advogados com notório saber jurídico desportivos;
- d) um representante dos árbitros, e por estes indicados;
- e) um representante dos atletas, e por estes indicados.

Parágrafo 1º - O mandato dos membros dos Tribunais de Justiça Desportiva terá a duração máxima de 04 (quatro anos), permitida apenas uma recondução.

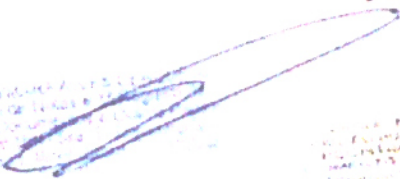
Parágrafo 2º - É vedado aos dirigentes desportivos das entidades de administração e das entidades de prática, o exercício de cargo ou função na Justiça Desportiva, exceção feita aos membros dos Conselhos Deliberativos das entidades práticas desportivas.

Parágrafo 3º - Os membros dos Tribunais de Justiça Desportiva serão obrigatoriamente Bacharéis em Direito ou pessoas acima de 21 (vinte e um) anos, e de conduta ilibada.

Parágrafo 4º - O T.J.D., elegerá o seu Presidente dentre os membros e disporá sobre sua organização e funcionamento em regimento interno.

Art. 17º - Ao Tribunal de Justiça Desportiva unidade autônoma independente, compete processar e julgar, em última instância, as questões de descumprimento de norma relativas à disciplina e às composições desportivas, sempre asseguradas a ampla defesa e o contraditório.

Art. 18º - O Tribunal de Justiça Desportiva terá como primeira instância, a Comissão Disciplinar, integrada por 03 (três) membros de sua livre nomeação, para aplicação imediata das sanções decorrentes de infrações cometidas durante as disputas e constantes das súmulas ou documentos similares dos árbitros, ou ainda decorrentes de infringência ao regulamento da respectiva competição.




07

Parágrafo 1º - A Comissão Disciplinar aplicará sanções em procedimento sumário, assegurados a ampla defesa e o contraditório, em regular sessão de julgamento obrigatoriamente com a presença da totalidade de seus membros.

Parágrafo 2º Para evitar a suspensão da sessão de julgamento ou falta de número legal, poderá, excepcionalmente naquela ocasião, ser convocado um representante indicado pelo T.J.D; para compor a Comissão Disciplinar.

Parágrafo 3º - Das decisões da Comissão Disciplinar caberá recurso ao T.J.D.

Parágrafo 4º - O recurso ao qual se refere o Parágrafo anterior será recebido e processado com efeito suspensivo quando a penalidade exceder de duas partidas consecutivas ou 15 (quinze) dias.

SEÇÃO IV DO CONSELHO FISCAL

Art. 19º - O Conselho Fiscal compor-se-á de 03(três) membros efetivos e 03(três) suplentes, com mandato de 04(quatro) anos, eleitos pela Assembleia Geral, segundo o disposto no item 2 do artigo 11º deste Estatuto, sendo seu mandato coincidente com os dos demais poderes

Art. 20º - O Conselho Fiscal, instituído com a finalidade de acompanhar a gestão financeira da Federação, logo após a posse de seus membros elegerá o seu Presidente e só funcionará com a presença de todos os seus integrantes.

Parágrafo 1º - Competirá ao Conselho Fiscal, além de outras atribuições que o Estatuto lhe conferir:

- a) examinar mensalmente os livros, documentos e balancetes;
- b) apresentar à Assembleia Geral parecer anual sobre o movimento econômico, financeiro e administrativos;
- c) opinar sobre a abertura de créditos adicionais ao orçamento, tendo em vista os recursos de compensação;
- d) dar parecer sobre o projeto de orçamento;
- e) denunciar à Assembleia Geral, erros administrativos ou qualquer violação da lei ou do Estatuto, inclusive para que possa em cada caso exercer plenamente a sua função fiscalizadora;
- f) convocar a Assembleia Geral quando ocorrer motivo grave ou urgente;
- g) opinar sobre a compra ou alienação de bens imóveis.

Parágrafo 2º - O órgão fiscal reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação da Assembleia Geral ou do Presidente da Federação e só funcionará com a presença de 03 (três) membros efetivos, ou no caso de ausência ou impedimento de um ou mais deles, com a presen

DEPT. DO REGISTRO CIVIL E DO REGISTRO DE
4º Ofício de Notas e 1ª Circulação
Títulos e Documentos e Cartas de Crédito
Av. da Paz nº 1854 - São Paulo - Fone: 505.440
2.º e 3.º Ofícios de Registro - Fone: 505.440

DEPT. DO REGISTRO CIVIL E DO REGISTRO DE
4º Ofício de Notas e 1ª Circulação
Títulos e Documentos e Cartas de Crédito
Av. da Paz nº 1854 - São Paulo - Fone: 505.440
2.º e 3.º Ofícios de Registro - Fone: 505.440

02

ça dos respectivos suplentes.

Parágrafo 3º - Não poderá ser membro do órgão fiscal, ascendente, descendente, cônjuge, irmão, tio, sobrinho, enteado, sogro, padraсто, credor, devedor, sócio em firma comercial, integrante da diretoria executiva de filiado, patrão, empregado de qualquer dos membros da Diretoria da Federação.

Parágrafo 4º - Para as reuniões de que trata o parágrafo 2º deste artigo, serão sempre convocados os membros efetivos e suplentes.

Art. 21º O Conselho Fiscal, ciente de irregularidade ou crimes praticados pela Diretoria, não propuser a Assembleia Geral as medidas necessárias para punição dos culpados tornar-se-á solidariamente responsável.

Art. 22º Na ausência ou impedimento de qualquer membro efetivo do Conselho Fiscal, compete ao Presidente deste convocar um dos suplentes.

Parágrafo 1º : A falta sem causa justificada a três reuniões consecutivas, implicará no desligamento da função de qualquer membro do Conselho Fiscal.

Parágrafo 2º O Conselho Fiscal deverá dar ciência, por escrito, de qualquer irregularidade encontrada nas contas da Federação, que não caracterize erro sonável a nível departamental, a Assembleia - Geral e ao Ministério Público.

SEÇÃO V DA PRESIDÊNCIA

Art. 23º - A Presidência compõem - se do Presidente e dois Vice - Presidentes da Federação Alagoana de Handebol, eleito pelo prazo de 04(quatro) anos em votação es estabelecida na forma do artigo 11º deste Estatuto, podendo ser reconduzido somente para mais um mandato.

Art. 24º - Ao Presidente da Federação Alagoana de Handebol, compete a função executiva, na administração da entidade, com amplos poderes de representação, inclusive em juízo, podendo constituir procuradores.

Parágrafo 1º - Ao presidente no exercício dos poderes referidos neste artigo, cumpre a adoção de quaisquer medidas julgadas oportunas à ordem aos interesses da Federação Alagoana de Handebol, nos casos omissos ou urgentes que sujeitarem este Estatuto à controvérsia de interpretação.

Parágrafo 2º - Ao Presidente, além das atribuições prescritas neste Estatuto, compete:

- a) presidir a Federação Alagoana de Handebol, superintender a suas atividades e promover a execução de seus serviços;
- b) cumprir e fazer cumprir este Estatuto e demais leis acessórias, executar as resoluções próprias e as dos poderes da Federação;

PELO PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO ALAGOANA DE HANDEBOL,
ASSINADO E RUBRICADO POR
[Assinatura]

PELO VICE-PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO ALAGOANA DE HANDEBOL,
ASSINADO E RUBRICADO POR
[Assinatura]

- d) convocar e presidir as reuniões de Diretoria e órgão da Federação, obedecendo o disposto nas leis ou atos legislativos da entidade, com direito a voto, inclusive o de qualidade;
- e) Representar a Federação em juízo ou fora dele, outorgar procuração, credenciar e destituir representantes;
- f) Nomear, admitir, licenciar, punir, demitir chefes de departamentos e demais funcionários da Federação exigindo fiança daqueles que estejam obrigados a prestá-las pela natureza de suas funções;
- g) Nomear e dispensar os membros da Diretoria, bem como dos departamentos e demais órgão sujeitos a sua superintendência;
- h) Assinar, privativamente, as correspondências da Federação, quando dirigidas aos poderes e órgãos de hierarquia superior delegando competência ao Secretário Geral para subscrever quaisquer papéis de expediente;
- i) Assinar com o Vice Presidente Financeiro, cheque e bem assim, quaisquer papéis de crédito ou documento que envolvam responsabilidades jurídicas ou financeiras;
- j) Rubricar os livros da Federação e assinar com Secretário Geral os diplomas e títulos conferidos;
- k) Determinar o imediato cumprimento das resoluções de qualquer poder da Federação;
- l) Conceder ou negar licença aos filiados para promoverem ou disputarem competições intermunicipais, regionais, interestaduais de acordo com a legislação;
- m) Conceder, negar ou cancelar o registro ou inscrição de atletas, representantes, treinadores, massagistas ou atendentes e demais auxiliares, inscritos na Federação, ressalvada e observada, a competência da Justiça Desportiva;
- n) Assinar as atas das reuniões da Diretoria e autorizar a publicação do comunicado oficial de todos os seus atos e decisões. Assim como os demais poderes ou órgão, transmitindo-os aos filiados;
- o) Designar os membros das delegações representativas da Federação, ceder, ocasionalmente, propriedade da Federação, visar ordem de pagamento e autorizar despesas;
- p) Exercer todas as atribuições que lhe forem deferidas por lei da Federação e praticar todo e qualquer ato de administração não expressamente atribuído a outro poder;
- q) Coordenar os trabalhos dos poderes da Federação para efeito de organização do relatório anual, de acordo com este Estatuto;
- r) Coordenar as providências relativas, à preparação do calendário anual e da tabela dos campeonatos, e ou torneio, expedir circulares ou portarias e comunicados com instruções;
- s) Promover a aplicação dos meios preventivos, indicados nas leis da Federação ou nos atos expedidos pelos poderes e órgãos de hierarquia superior com o fim de assegurar a disciplina das competições desportivas;
- t) Fiscalizar, pessoalmente ou através de representantes, as competições patrocinadas pela Federação;
- u) Praticar qualquer ato de urgência, necessário ao bom andamento das atividades da Federação "ad referendum" do poder próprio, quando for o caso;

Assinatura do Presidente da Federação

Assinatura do Vice Presidente da Federação

010

- v) Presidir, sem direito a voto, os congressos da Federação, rever penalidades administrativas que tenha imposto, expedir o Regimento Interno da Federação.

Art. 25º - A execução dos atos administrativos e a iniciativa de sua divulgação compete ao Presidente, mediante autorizações escritas, sucessivamente numeradas;

Art. 26º - Os Vice - Presidente Administrativos e financeiros, são pela ordem os substitutos eventuais do Presidente e membros natos da Diretoria.

Parágrafo Único: Os Vice - Presidentes Administrativos e Financeiro, auxiliando o Presidente nas funções por ele delegadas, dentro de suas respectivas áreas.

Art. 27º - Ao Presidente cabe aplicar as penas de que forem passíveis por faltas administrativas os empregados da Federação.

SEÇÃO VI DA DIRETORIA

Art. 28º - A Diretoria, poder complementar da superior administração em regime de colegiado, compõem do Presidente e dois Vice-Presidentes e mais membros escolhidos por nomeação do Presidente que terão os cargos de Secretário Geral, Tesoureiro Geral, Diretor de Relações Públicas, Diretor do Departamento Técnico, Diretor de Beach Handebol, Diretor de Divulgação e Marketing, Diretor do Departamento de Árbitros, e Diretor do Departamento Jurídico.

Art. 29º - A Diretoria reunir-se-á mensalmente, em sessões ordinárias e extraordinariamente, quando convocada pelo Presidente, deliberando com a presença de pelo menos de seus membros.

Art. 30º - Os membros da Diretoria, no caso de impedimento de até 90 (noventa) dias, substituir-se-ão na seguinte ordem:

- a) O Presidente, pelo Vice - Presidente Administrativo;
- b) O Vice - Presidente Administrativo, pelo Vice-Presidente Financeiro;
- c) O Vice - Presidente Financeiro, pelo Secretário Geral.

Parágrafo 1º - Não poderá ser concedida licença simultaneamente a mais de 02(dois) membros da Diretoria eleita, e a falta de comparecimento de qualquer um deles a 03(três) reuniões consecutivas, sem justificativas comprovada, imporá na renúncia de cargo.

Parágrafo 2º - Vagando-se o cargo de Presidente, cumpre ao Vice-Presidente Administrativo assumir a direção da entidade, convocando imediatamente a Assembléia Geral para a eleição do sucessor que completará o tempo restante do mandato.

Parágrafo 3º - Se a Diretoria, por qualquer motivo, não se reunir uma vez por mês, ao

DEL. LUCIVALDO ALVES OLIVEIRA
4º Oficial de Justiça e Delegado de
Tribunal e Oficial de Justiça da
1ª Vara do Trabalho de São Paulo
e sua Vara de Trabalho de São Paulo
e sua Vara de Trabalho de São Paulo

DELEGADO DE JUSTIÇA
TARIFAS POR ATOS DE OFÍCIO
TARIFAS POR ATOS DE OFÍCIO
TARIFAS POR ATOS DE OFÍCIO
TARIFAS POR ATOS DE OFÍCIO
TARIFAS POR ATOS DE OFÍCIO

Art. 31^a - Compete a Diretoria:

- a) colaborar com o Presidente na administração da Federação, na fiscalização das leis e dos atos que regulam o funcionamento das respectivas atividades e na preservação dos princípios de harmonia entre a entidade e as filiadas que a compõem;
- b) reunir-se ordinariamente, uma vez por mês, no mínimo e extraordinariamente, mediante convocação do Presidente;
- c) decidir os assuntos que lhe forem submetidos pelo Presidente, homologar, aprovar ou retificar os atos dos departamentos e demais órgãos da Federação ou suspender-lhe a execução;
- d) conceder licença a qualquer de seus membros, na forma deste Estatuto, intervir na atividade de qualquer departamento, exceto nos que se encontram subordinados diretamente à Presidência, a fim de fiscalizar os seus funcionamentos ou reparar irregularidades;
- e) apreciar os balancetes mensais de receita e despesas, observadas as formalidades previstas neste Estatuto, decidir ou opinar sobre toda e qualquer matéria de caráter urgente que o Presidente da Federação submeter ao seu pronunciante;
- f) conceder filiação a ligas e Associações, bem como aprovar-lhes os respectivos Estatutos;
- g) dar conhecimento ao Tribunal de Justiça Desportiva das faltas ou irregularidades cometidas por filiadas e pessoas diretamente ligadas à Federação, para apreciação da ocorrência em face das leis penais da entidade e da legislação em vigor.
- h) Nomear e dissolver as comissões julgadas necessárias mediante proposta do Presidente ou dos Diretores, indicar o representante da Federação Alagoana de Handebol junto a entidades nacionais;
- i) Adquirir, comprar ou vender imóveis ou títulos de renda, mediante autorização da Assembleia Geral, conceder ou negar a transferência de atletas de um para outro filiado, em conformidade com as leis vigentes;
- j) Tomar conhecimento de constituição das delegações representantes da Federação, apreciar, aprovando-os ou não os relatórios apresentados pelos chefes de delegações da Federação;
- k) Estudar e deliberar sobre assuntos de interesse da Federação que lhes sejam submetidos, elaborar anualmente, um plano de realizações em prol do desenvolvimento do Handebol e o calendário anual das competições oficiais da Federação;
- l) Exercer qualquer outra atribuição que lhe for conferido por este Estatuto ou leis acessórias da Federação, aprovar o regulamento de taxas e porcentagens "ad referendum" da primeira Assembleia Geral que for realizada.

Art. 32º - Quando especialmente convocados, os assessores ou sub-diretores dos departamentos poderão participar das reuniões de Diretoria, sem entretanto, terem

4º Ofício de Notas e 1º Ofício de
Notas e Leilões - João Paulo
de Faria - 19/03/2015 - 10:00:00

...the ... of ...

direito a voto.

Art. 33º - Das decisões da Diretoria, que poderão ser revistas pela mesma, caberá recurso "a Assembléia, sem efeito suspensivo e de conformidade com o disposto neste Estatuto.

Parágrafo único - Se ocorrer empate em qualquer deliberação, prevalecerá o voto do Presidente.

Art. 34º - As decisões da Diretoria serão registradas em ata aberta com as assinaturas dos diretores presentes 'a sessão, cumprindo ao Presidente e ao Secretário, subscreve-la.

Art. 35º - A Diretoria cumpre aprovar as tabelas dos campeonatos e torneios promovidos pela Federação, depois de organizados pelos respectivos departamentos bem como fixar o período de suspensão das atividades de Handebol em qualquer região do Estado.

Art. 36º - Aos Vice-Presidente compete participar das reuniões da Diretoria auxiliar o Presidente, substituindo-o nos seus impedimentos e suceder-lo no caso de vaga para o fim previsto, no artigo 26 deste Estatuto.

Art. 37º - Ao Secretario Geral cumpre orientar as atividades da Secretaria, a redação das atas das reuniões da Diretoria, a distribuição do expediente, assinaturas em diplomas expedidos pela entidade, além da guarda dos livros e papéis da Federação.

Parágrafo Único: A responsabilidade de que trata o artigo acima, prescreve no prazo de dois anos, contados da ata de aprovação de contas do exercício em que finde o mandato.

Art. 38º - No caso de renúncia coletiva de todos os membros da Diretoria, assumirá a Presidência da Federação, o Presidente mais idoso das Associações disputantes e cumprindo em tal hipótese responder pelo expediente da entidade e convocar a Assembléia Geral para imediata recomposição do respectivo poder, sendo que os eleitos exercerão o mandato pelo tempo restante do período destinado aos seus antecessores.

CAPÍTULO V DOS ÓRGÃO DE COOPERAÇÃO

SEÇÃO I DOS CONSELHOS

Art. 39º - Além dos poderes a que se refere o título segundo deste Estatuto, haverá um Conselho Arbitral e um Conselho de Representantes das Ligas, com as atribuições constantes deste Estatuto, cumprindo-lhes colaborar com a Presidência no estudo de

Assinatura do Presidente
Assinatura do Vice-Presidente
Assinatura do Secretario Geral
Assinatura do Conselho Arbitral
Assinatura do Conselho de Representantes das Ligas

Assinatura do Conselho Arbitral
Assinatura do Conselho de Representantes das Ligas

qualquer matéria submetida ao encargo, independente da decisão do poder competente.

SEÇÃO II DO CONSELHO ARBITRAL E DO CONSELHO DE REPRESENTANTES DE LIGAS

Art. 40º - O Conselho Arbitral será constituído pelos representantes legais das Associações disputantes, reunir-se-á com a metade mais um de seus membros, mediante convocação do Presidente da Federação sempre que, por acordo entre competidores ou em virtude de razões supervenientes, convenha a entidade qualquer resolução ou alteração de princípio já estabelecidos, que envolva interesse de outras concorrente.

Art. 41º - O Conselho de Representantes de Ligas será constituído pelos representantes das Ligas disputantes, reunindo-se com qualquer número, mediante convocação do Presidente da Federação para resolução de casos de interesse das Ligas e dos certames estaduais que não contrariem, disposições superiores.

Art. 42º - Os Conselhos Arbitral e de Representantes de Ligas funcionarão também como órgão de orientação e consulta do Presidente, cabendo-lhe opinar sobre todos os assuntos que lhe forem delegados, na forma deste Estatuto, bem como colaborar na solução de problemas administrativos, referentes às atividades fundamentais da Federação.

Art. 43º - Tendo em vista as peculiaridades de cada assunto, o Presidente deverá convocar para as reuniões, separadamente, os membros dos Conselhos Arbitral e do Conselho de Representantes de Ligas.

Art. 44º - As decisões dos Conselhos serão tomadas pela maioria dos membros presentes.

Art. 45º - Das reuniões dos Conselhos, serão escrituradas em livro próprio, sendo as suas Resoluções levadas ao conhecimento de todos os filiados.

SEÇÃO III DOS DEPARTAMENTOS

Art. 46º - Os serviços administrativos da Federação, bem como os de natureza técnica não atribuídos privativamente aos diversos poderes, serão confiados aos departamentos que funcionarão como órgãos auxiliares de execução das atividades da Presidência ou da Diretoria.

Art. 47º - Observado o disposto do artigo 28º deste Estatuto, constituem Departamento da Federação:

- a) Departamento Técnico;
- b) Departamento de Beach Handebol;
- c) Departamento de Relações Públicas;
- d) Departamento de Divulgação e Marketing;
- e) Departamento de Árbitros;

Assinado digitalmente por [nome ilegível] em 11/05/2018 às 14:15:10. O documento foi assinado digitalmente com o certificado [certificado ilegível].

Assinado digitalmente por [nome ilegível] em 11/05/2018 às 14:15:10. O documento foi assinado digitalmente com o certificado [certificado ilegível].

16

f) Departamento Jurídico

Parágrafo 1º - Os departamentos funcionarão, respeitada a competência dos poderes da Federação, cumprindo ao Presidente expedir os respectivos regulamentos.

Parágrafo 2º - Cada departamento será chefiado por um Diretor, de livre escolha do Presidente da Federação, cumprindo-lhe escolher seus auxiliares, cujos nomes devem ser submetidos à homologação do Presidente.

Parágrafo 3º - O regimento interno disciplinará a maneira de se organizar cada departamento, as atribuições de Diretor e de seus auxiliares, bem como a sua competência.

SEÇÃO IV DAS INCOMPATIBILIDADES

Art. 48º - Além das incompatibilidades referentes em outros capítulos e na legislação, superior, ninguém poderá na Federação:

- a) ser eleito ou designado para qualquer cargo ou função, enquanto estiver cumprindo
- b) penalidades impostas por Associações ou Ligas filiadas, pela Federação ou por entidade a que estiver direta ou indiretamente vinculada;
- b) exercer funções de representantes na Assembleia Geral, ser membro do Tribunal de Justiça Desportiva ou do Conselho Fiscal da Federação, pela Federação, sendo funcionário da entidade, liga ou associação filiada e da coordenadoria de esportes;

Parágrafo 1º - Exercer simultaneamente:

- 1. as funções de membros, Secretário do Tribunal de Justiça Desportiva;
- 2. as funções de membros da diretoria e do Conselho Fiscal

CAPÍTULO IV DAS LIGAS E DAS ASSOCIAÇÕES DA FILIAÇÃO

Art. 49º - A Federação Alagoana de Handebol admitirá um número ilimitado de ligas e Associações, cuja filiação será concedida em qualquer época do ano, não se permitindo a filiação a mais de uma Liga dentro do mesmo município.

Art. 50º - Para obter a filiação é necessário apresentar os documentos enumerados no artigo 7º deste Estatuto.

CAPÍTULO V



OTL LUCYMARIA ALVES LACERDA
4º Oficial de Notícia e 1º Escrivão de
Tribuna e Documentação Oficial

DOS DIREITOS E DEVERES

Art. 51º - São direitos das Ligas e Associações, conforme o caso:

- a) dirigir o Handebol na órbita do respectivo município
- b) reger – se por leis próprias;
- c) dirigir –se aos órgãos competentes da Federação, nos termos do presente Estatuto;
- d) disputar os campeonatos em que forem classificadas, bem como as demais instituídas pelas Ligas a que estiverem filiadas;
- e) manter relações desportivas com as demais associações vinculadas à entidade, nas condições estabelecidas pelas leis e regulamentos desportivos;
- f) apresentar recursos aos órgãos competentes da Federação, bem como formular consultas, de conformidades com a legislação vigente;
- g) participar da Assembléia Geral, na forma prevista deste Estatuto.

Art. 52º São obrigações das Ligas e Associações, conforme o caso;

- a) Respeitar, cumprir e fazer cumprir por todas as pessoas físicas e jurídicas, direta e indiretamente vinculadas a elas, este Estatuto, leis, Regulamento, códigos, avisos, decisões e regras desportivas;
- b) Remeter à Federação, dentro 15 (quinze) dias, um exemplar de seu Estatuto, toda vez que o reformar, a ficha da Diretoria quando eleita, ou modificada, indicando as profissões, nacionalidades, endereços e tempo de duração do mandato;
- c) Comunicar as filiações de novas associações, bem como as penalidades de seus jurisdicionados, causadas por infrações das leis próprias ou da Federação, esclarecendo sempre os motivos das sanções impostas;
- d) Remeter à Federação, anualmente, o relatório de suas atividades;
- e) Solicitar licença à Federação e aguardar a sua cessão para promover competições amistosas ou para ausentar-se do Estado com idêntico fim, com antecedência de 10 (dez) dias, indicando também os adversários que pretende enfrentar;
- f) Permitir o livre ingresso nas competições de Handebol por si patrocinadas, a todos os portadores de permanentes expedidos pela Federação, ou entidades superiores;
- g) Não disputar competição com Ligas ou Associações cuja situação ainda não se ache regularizada perante a Federação, nem permitir que participem de partidas de campeonatos, atletas que não estejam devidamente registrados ou cu se encontrem cumprindo pena de suspensão ou eliminação aplicadas pela entidade;
- h) Não permitir que pessoas suspensas ou eliminadas pela Federação exerçam quaisquer funções administrativas, técnicas ou profissionais das Ligas ou Associações;
- i) Disputar anualmente, até sua definitiva conclusão, todos os campeonatos e torneios que estiverem classificados ou que estiverem organizados para as respectivas divisões, na forma prevista por este Estatuto e leis acessórias;
- j) Impedir os seus dirigentes, associados, atletas ou quaisquer pessoas que lhe estejam vinculadas individual ou coletivamente, de promoverem o descrédito da Federação ou desarmonia entre as suas filiadas;
- k) Ceder a sua praça desportiva, sem qualquer vantagem especial dos seus associados, quando requisitadas pela Federação ou outras entidades a que seja subordinadas

Daniel J. Lee, M.D., M.P.H.
 Director, Center for Communications Programs
 University of Michigan
 1615 East Hall
 734-763-5527
 dlee@umich.edu

- l) manter seus livros de escrituração e de registro de sócio em dia;
- m) providenciar para que os seus jurisdicionados compareçam à Federação quando regularmente convocados;
- n) registrar os atletas e associações filiadas, de acordo com as leis e regulamentos em vigor;
- o) pagar até o dia 28(vinte e oito) de fevereiro, as anuidades e com pontualidade as taxas, multas, e porcentagens fixadas em leis e regulamentos, não podendo, em hipótese nenhuma, ficar em débito com a Federação por mais de 10(dez) dias, contados da data do recebimento da notificação;
- p) manter em suas quadras esportivas lugares próprios destinados aos membros da Confederação, bem como às autoridades policiais incumbidas da preservação da ordem durante as competições.

Art. 54º - Nenhuma Liga ou Associação poderá incluir em seu estatuto códigos ou regulamentos e disposições contrárias ao presente Estatuto, as quais serão tidas com nulas de pleno direito.

CAPÍTULO VI DAS DIVISÕES

Art. 55º - A Divisão Especial será constituída das Associações escolhidas pela Assembleia Geral, na forma deste Estatuto.

Art. 56 - As Associações da divisão especial terão, obrigatoriamente, que disputar campeonatos da categoria principal.

Art. 57º - Só poderão participar da divisão especial, as associações que comprovarem dispor das instalações adequadas à prática de desporto a que se pretende dedicar oficialmente.

Art. 58º - Caberá à Diretoria da Federação decidir se as instalações das associações pretendentes a integrarem a divisão especial são aptas à prática do Handebol.

Art. 59º - As Associações que não reeñcherem o disposto no artigo 57º, poderão ser integradas em outras divisões criadas a critério da Diretoria da Federação.

Art. 60º - Os certames do Estado obedecerão as normas baixadas pelo Presidente da Entidade, de acordo com as propostas apresentadas pelos departamentos.

TÍTULOS VII DAS LEIS RESOLUÇÕES DA FORMAÇÃO E VIGÊNCIA

Art. 61º - São Lei da Federação Alagoana de Handebol, além deste Estatuto, Ao Códigos regulamentados, regimentos, avisos e demais preceitos, regularmente emanados dos poderes e órgão competentes.

[Faint stamp and signature]

[Handwritten signature and stamp]

CAPÍTULO VIII DOS CÓDIGOS E REGULAMENTOS

Art. 62º - Além dos códigos elaborados pela Confederação Brasileira de Handebol, disciplinador da organização, competência, jurisdição e funcionamento da Justiça Desportiva, a Federação adotará um código contendo preceitos regulares da forma de disputa de campeonatos e torneios, processo de registro, inscrição e transferência de atletas, critérios de distribuição das associações em séries dentro do mesmo certame, formação dos selecionados, condições materiais e técnicas ao exercício adequado das atividades desportivas na órbita estadual.

Parágrafo Único: Será facultado à Federação sempre que a complexidade e o vulto dos assuntos aconselhem, codificar os preceitos referentes a um determinado setor.

CAPÍTULO IX DO REGIME ECONÔMICO E FINANCEIRO

DO EXERCÍCIO FINANCEIRO

Art. 63º - O exercício financeiro coincidirá com o ano civil, e compreenderá fundamentalmente, a execução do orçamento.

Parágrafo Único - A movimentação bancária da Federação será efetuada em conjunto, pelo Presidente e pelo Vice - Presidente Financeiro, e na falta do Vice - Presidente Financeiro, pelo Vice-Presidente Administrativo ou pelo Secretária Geral, devendo constatar pelo menos duas assinaturas para validar qualquer documento financeiro ou contrato.

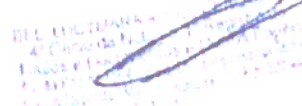
CAPÍTULO X DO REGIME ECONÔMICO FINANCEIRO

DO PATRIMÔNIO E RECEITAS DO PATRIMÔNIO

Art. 64º - O Patrimônio da federação será constituído:

- a) pelo resultante de doações, auxílios, subvenções e legados que lhes sejam destinados;
- b) pelos bens móveis ou imóveis, adquiridos pela Federação;
- c) por outras incorporações que resultem do trabalho realizado pelo Federação;
 - d) por superávit da execução do orçamento;
- e) por fundos existentes ou os bens resultantes de sua inversão.

Parágrafo único - No caso de extinção da Federação, seu patrimônio será dividido entre as associações filiadas que estejam em situação regular perante a FAHD.



DA RECEITA

Art. 65º - Constituem receitas para manutenção da Federação:

- a) as taxas de filiação de permanência ou registros de transferência de atletas, assim como os emolumentos a que os processos de recursos estiverem sujeitos;
- b) as provenientes de seus bens patrimoniais, de comissões, usufruto e outras instituições em seu favor;
- c) as doações que lhes forem feitas por pessoas naturais ou jurídicas;
- d) os auxílios e as subvenções do Poder Público;
- e) arrecadação de 10% sobre a renda bruta das competições no Estado providas pelas filiadas;
- f) os recursos originários de convênios e/ou contratos com Entidades Privadas ou Órgão Públicos.
- g) quaisquer outros recursos pecuniários que a Diretoria vier a criar;
- h) as rendas eventuais.

Art. 66º - As receitas, rendas, rendimentos, subvenções ou eventual resultado operacional da Federação somente serão aplicados integralmente no território nacional, na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais e na exclusiva realização de seus fins.

Art. 67º - É permitido a Federação receber doações e contribuições com ou sem encargos, quer de pessoas físicas, quer de pessoas jurídicas, para desenvolvimento e custeio de suas atividades.

Parágrafo Único: As doações e contribuições com encargo só serão aceitas pela Diretoria após ouvir a Assembleia-Geral:

Art. 68º - Os bens da Federação somente poderão ser alienados, em casos de extrema necessidade, mediante aprovação da Assembleia-Geral, sendo, entretanto, vedado a alienação da sede social da Federação.

DO REGIME FINANCEIRO

Art. 69º - O exercício financeiro Da Federação, coincidirá com o ano civil; e compreende rá fundamentalmente, a execução do orçamento.

Art. 70º - Anualmente, a Diretoria Executiva apresentará a Assembleia-Geral a proposta orçamentária do ano seguinte, devidamente discutida com o Conselho Fiscal;

Parágrafo 1º - O orçamento conterá os planos de aplicação dos recursos, previsto de receita para o período e planos de investimentos (aquisição de bens móveis ou imóveis que reflitam no patrimônio do Instituto).

Des. MIGUEL RIBEIRO
4.º Oficial de Justiça
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Piauí nº 1.234.567-890
1.ª Vara de Direito Público
11/08/2024

Des. MIGUEL RIBEIRO
4.º Oficial de Justiça
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Piauí nº 1.234.567-890
1.ª Vara de Direito Público
11/08/2024

10

Parágrafo 2º - A proposta orçamentária será instituída com a indicação dos respectivos planos de trabalho

Parágrafo 3º - O orçamento da Federação será de responsabilidade do Tesoureiro e do Vice-Presidente Administrativo, e será apresentado à Diretoria para aprovação até o último dia do mês de dezembro de cada ano.

Art. 71º - A Assembleia-Geral Ordinária convocada exclusivamente para esse fim, poderá solicitar a convocação de outra Assembleia ou tornar aquela permanente até análise final do orçamento, aprovado ou alterando o mesmo, não devendo a análise ultrapassar a 08 (oito) dias, nem criar novas despesas, salvo se consignar recursos.

Art. 72º - Para a realização de planos cuja exceder a um exercício, as despesas serão aprovadas globalmente, consignando-se nos orçamentos seguintes as respectivas dotações de créditos adicionais ou especiais, pela Assembleia Geral, a requerimento da diretoria Executiva, desde que haja necessidade de recursos disponíveis.

Parágrafo 1º - A despesas compreende :

- a) o custeio das atividades desportivas, dos encargos diversos e da administração da Federação
- b) as obrigações de pagamentos que se tornarem exigíveis em consequência de atos judiciais, convênios, contratos e operações de créditos;
- c) encargos pecuniários de caráter extraordinário não previstos em orçamento, custeados à conta de crédito adicionais abertos com autorização do Conselho Fiscal e compensados mediante utilização de recursos que forem previstos.

Art. 73º - A prestação anual de contas será entregue ao Conselho Fiscal até o último dia do mês de fevereiro do exercício seguinte, acompanhada de relatório circunstanciado e documentação pertinente, com base nos demonstrativos contábeis encerrados em 31 de dezembro do ano anterior.

Parágrafo 1º - O Conselho Fiscal emitirá parecer sobre a prestação de contas até 30 de março do exercício seguinte.

Parágrafo 2º - A Diretoria Executiva, dentro de 10 (dez) dias, apresentará a Assembleia Geral as contas da Federação.

Parágrafo 3º - A prestação de contas da Federação será realizada com observância dos princípios fundamentais de contabilidade e das normas brasileiras de contabilidade e conterá entre outros, os seguintes elementos:

- a) relatórios circunstanciados de atividades;
- b) balanço patrimonial;
- c) demonstração do resultado do exercício;
- d) demonstração das origens e aplicação de recursos;

PEL TUGUARA AVES CRIEÇÃO
4º Ofício de História e Documentação
Cursos e Documentação e Outros Serviços
Rua do Comércio, 115 - Centro - São Paulo
Tel. (011) 3081-1111 - Fax (011) 3081-1112

RECEBIMOS EM 22/02/2011
DO TUGUARA AVES CRIEÇÃO
O VALOR DE R\$ 1.000,00
PAGAMENTO DE CONTRATO
Nº 001/2011 - CONTRATO
DE PRESTACÃO DE SERVIÇOS
DE MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO
DE EQUIPAMENTOS DE
SOM E ILUMINAÇÃO

e) quadro comparativo entre a despesa realizada e a fixada.

Art. 74º - A Diretoria Executiva, após a aprovação pela Assembléia-Geral das contas da Federação, dará publicidade por qualquer meio eficaz do relatório de atividades e das demonstrações financeiras, remetendo-as ao Ministério Público, aos órgãos Públicos conveniados e colocando-as à disposição de qualquer Associado para exame em mural na sede da Federação.

Art. 75º - A prestação de contas dos recursos, objeto de convênio ou termo de parceria, será realizado junto aos órgãos competentes, de acordo com o artigo 70 da Constituição Federal, e comprovando junto ao Ministério Público quando da apresentação das contas da Federação, mais declaração de regularidade junto a Receita Federal, INSS, Prefeitura e demais órgãos com quem tenha obrigações.

CAPÍTULO XI DA ALTERAÇÃO DO ESTATUTO E EXTINÇÃO DA FEDERAÇÃO

DA ALTERAÇÃO

Art. 76º - O Estatuto da Federação, poderá ser alterado em qualquer de seus itens, inclusive no que se refere à forma de administrar.

Art. 78º - A alteração será discutida por sugestão do Presidente ou de qualquer Associado, acatada em reunião dos órgãos de execução(Diretoria) ou fiscalização interna (Conselho fiscal).

Art. 79º - Aprovada a proposta da Diretoria Executiva ou do Conselho Fiscal para a alteração do Estatuto, esta será levada a Assembléia Geral especialmente convocada para esse fim.

Art. 80º - A Assembléia-Geral convocada para deliberar sobre alteração de Estatuto, se instalará em primeira convocação, com a maioria absoluta dos Associados em situação de regularidade e nas convocações seguintes, com 1/3(um terço) e deliberará com o voto concorde de pelo menos 2/3 (dois terços) dos presentes.

DA EXTINÇÃO

Art. 81º - A FEDERAÇÃO se extinguirá unicamente em razão de impossibilidade de sua manutenção por deliberação de seus Associados em Assembléia-Geral, especialmente convocada para esse fim, instalada com 2/3(dois terço) de seus Associados, em primeira convocação, e com maioria absoluta, nas seguintes se deliberará com 2/3 (dois terços) dos presentes.

Art. 82º - Deliberando-se sobre a extinção da Federação, o Conselho Fiscal procederá a sua liquidação, sob o acompanhamento do Ministério Público, realizando as operações pendentes, a cobrança e o pagamento das dívidas e todos os demais atos necessários

NELE, EM 10/05/2016, O PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO, DR. JOÃO CARLOS DE SOUZA, ASSINOU E CARIMBOU O PRESENTE DOCUMENTO.

ASSINADO E CARIMBADO EM 10/05/2016, O PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO, DR. JOÃO CARLOS DE SOUZA, ASSINOU E CARIMBOU O PRESENTE DOCUMENTO.

Art. 83 - Após a liquidação, o patrimônio remanescente irá para suas filiadas, com atuação na cidade de Maceió, com finalidades semelhantes e com o nome referendado pela assembleia-Geral, podendo ser consultado o Ministério Público sobre a que possui maior carência.

Art. 84º - A escolha deverá recair em Entidade devidamente registrada no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS e se qualificada for a Associação da Sociedade Civil de Interesse Público - ASCIP, sobre Entidade com igual qualificação.

Art. 85º - Fica vedada a discussão e deliberação sobre restituição de contribuição de associados em qualquer circunstância

CAPÍTULO VIII. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 86º - Os membros da Diretoria Executiva, do conselho fiscal, associados e instituidores não serão remunerados nem receberão a qualquer título, distribuição de lucros, dividendos, vantagem, benefícios, participações ou parcelas do seu patrimônio, direto ou indiretamente em razão das competências, funções ou atividades que lhe sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

Art. 87º - É vedada a acumulação dos cargos de Conselheiro Fiscal com o de membro da Diretoria Executiva.

Art. 88º - Os integrantes dos órgãos da Federação com mandato, também, poderão perder seus respectivos cargos, mediante instauração de processo administrativo, respeitado o contraditório e o amplo direito de defesa, quando:

- a) praticarem, dolosamente, ato prejudicial ou lesivo ao patrimônio da Federação;
- b) infringirem as leis em vigor, e as normas contidas neste Estatuto;
- c) praticarem atos desabonadores que venham prejudicar ou refletir negativamente no bom nome da Federação

Art. 89º - É terminantemente proibido aos Dirigentes e Conselheiros do Instituto, concederem em favor de terceiros, avais, fianças ou qualquer outra garantia de favor, em nome da Federação

Parágrafo 1º - As infrações disciplinares dos regulamentos e leis em vigor, sem prejuízo das sanções a cargo da Justiça Desportiva, darão causa às seguintes penalidades de índole administrativa

- a) advertência, repreensão escrita, suspensão;
- b) elinação, destituição;
- c) desligamento temporário ou definitivo, intervenção, desfiliação.

Parágrafo 2º - De acordo com o parágrafo 1º do artigo 1º da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que instituiu normas gerais sobre desportos. Somente serão aplicáveis as

Pessoas Jurídicas a letra "c" do art. 89

Parágrafo 3º - O Regimento Geral prescreverá o processo de aplicação e graduação das penalidades, respeitados os atos da Confederação Brasileira de Handebol, a competência da Justiça Desportiva e as disposições deste Estatuto

Art. 90º - É assegurado ao membro competente do Ministério Público, direito de assistir as reuniões dos órgãos da Federação, podendo discutir qualquer matéria em pauta, nas mesmas condições dos Diretores e Conselheiros

Parágrafo Único - A Federação dará ciência, pessoalmente ou por ofício, entregue mediante protocolo, ao órgão competente do Ministério Público, do dia, hora e local designado para suas reuniões e assembleias ordinárias e extraordinárias, com antecedência de 72 (setenta e duas) horas

Art. 91º - Aos voluntários serão pagos, na forma da Lei do Voluntariado, se solicitado, restituições das despesas feitas, mediante apresentação de recibos e notas fiscais nos moldes exigidos pela legislação fiscal em vigor

Art. 92º - Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos pela Diretoria Executiva ou pelo o Conselho Fiscal, dependendo da alçada do problema, de acordo com as Leis, com os Princípios Gerais do Direito, com os atos emanados da Diretoria Executiva da Federação, e do Ministério Público pertinente a espécie e os costumes, e se necessário, os submeterá para confirmação a Assembleia Geral

Art. 93º - O presente Estatuto foi modificado e reformulado pela Assembleia Geral Extraordinária da Federação Alagoana de Handebol- FAHd, no dia 03 de março de 2006, entrará em vigor após seu registro no Cartório Civil de Pessoas Jurídicas

Bairro do Trapiche, Maceió (AL), 03 de março de 2006

01 - PRESIDENTE:

Nome: Carlos Cesar Alves de Souza

CPE nº 177.788.244-34 - C Id 259.430 SSP/AL

Data de Nascimento: 07/11/1958, Estado Civil: Divorçado, Profissão: Professor

End: Rua 21 de Julho nº 287 - Farol, Maceió-AL

02 - VICE PRESIDENTE ADMINISTRATIVO:

Nome: Ricardo Luiz de Souza

CPE, nº 872.109.754-20 - C Id 1.004.023 SSP/AL

Data de Nascimento: 07/06/1971, Estado Civil: Casado, Profissão: Prof. Educação Física

End: Trav. Almirante Barroso, nº 30 - Farol - Cep: 57.055-280
Maceió-AL

03 - VICE-PRESIDENTE FINANCEIRO:

Nome: Henriette da Silva Lima

CPF nº: 648.011.284-91 C. Id.: 98.001.315.065 SSP/AL
Data de Nasc.: 12/04/1968, Estado Civil: Casado, Profissão: Prof. Educação Física
End. Av. Roberto Simonsem, nº 950, Aptº 101, Bairro Farol Cep Maceió-Al.

04 - SECRETÁRIO GERAL:

Nome: Everaldo Vieira Neto.

CPF nº: 008.038.564-82 C. Id.: 1.203.486 SSP/AL.

Data de Nasc.: 01.10.1979, Estado Civil: Casado, Profissão: Prof. De Educação Física.
End. Rua Deputado José Lages, Ed. Regente nº 355, Apt 801, P. Verde- Maceió-Al.

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
E PESSOAS JURÍDICAS DE MACEIO - AL
Av. da Paz, 1864 - Sala 15 - Empresarial Terra Brasilis Corporate
F.P.: 57020-440 Fone: (82) 3436-9777 sac@ajoficiomaceio.net.br

CERTIDÃO

CERTIFICO QUE A PRESENTE COPIA É DE IGUAL TEOR
DO ORIGINAL REGISTRADO NESTE CARTÓRIO EM
DATA 05/03/2007 AVERB. 77493 DOU FE

MACEIO, 16 DE FEVEREIRO DE 2021

Bel. Lucas Barros Pituba de Carvalho - Interino
Bel. Euclydes Alves Cerqueira - Substituto

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
SERVENTIA EXTRAJUDICIAL DO 4º OFÍCIO DE NOTAS
E DO 1º RTOP DE MACEIO/AL
Bel. Lucas Barros Pituba de Carvalho
Av. da Paz, 1864, 15º, Terra Brasilis Corporate, Sala 15 e 15, Centro,
Maceió/AL, CEP: 57020-440, (82) 3436-9777, e-mail: sac@ajoficiomaceio.net.br

Poder Judiciário - Estado de Alagoas
Selo Digital Certidão e Averb.
AD 10258 X4F8
Consulte: <https://selo.tjal.jus.br>

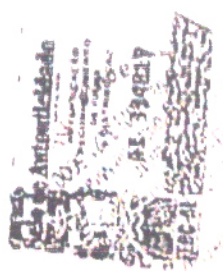
Re, por: *[assinatura]*
do verdoe
Maceio, 16 DE FEVEREIRO DE 2021
Bel. Luiz Paes Fonseca de Machado - Tabelião
Daniel Paes Cerqueira - Escrevente
Josimelly Costa Nascimento Duarte - Escrevente
Givânia Vieira Lima Alexandre - Escrevente

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
E PESSOAS JURÍDICAS DE MACEIO - AL
Rua Tibúrcio Valeriano, 101/105 - Centro - Cep: 57020-200, Maceió-Al
Fone: (082) 221-1725 / Fone/Fax: (082) 223-3368

OFICIAL: LUIZ PAES FONSECA DE MACHADO

COPIA PROTOCOLADA E REGISTRADA SOB Nº. 77493
E DOUFE 05/03/2007

REG. N. 41701 MACEIO - AL 08/03/2007



SERVICO NOTARIAL E REGISTRAL - MACEIO
Rua Dr. Luiz Pontes de Miranda, N.º 100
Centro - Maceio - Alagoas
RECOMENDO POR SEMELHANÇA 0001firmas
IEVERALDO VIEIRA NETO*****
MACEIO, 05 DE MARÇO DE 2007
EM TESTEMUNHO *[assinatura]* DA VERDADE
CELSONO PONTES DE MIRANDA
- Tabelião Vitalício -
MARILHA PONTES DE MIRANDA L. DE SAUS
- Escrevente Substituto -
EDILMA RAYALLO
- Escrevente Autorizada
Carimbo: 034540 - Operante: *[assinatura]*
Valor: R\$ 3,00